Dos espólios às colecções

Não sofre contestação a importância dos manuscritos "literários" para os estudos biográficos ou para as edições críticas, sector em que estamos francamente atrasados em relação à maioria dos países europeus e cultos. Indispensáveis porque neles se conterão os próprios autógrafos dos textos submetidos a exegese, mas indispensáveis também na medida em que os rascunhos ou a correspondência de um autor permitem esclarecer não raras vezes os seus planos e intenções.

Numa época de crescente globalização, em que as fontes de informação se multiplicam e o seu acesso se facilita e embaratece, serão as obras únicas, os manuscritos (sobretudo os literários) e os *beaux livres* as "jóias" que no futuro irão trazer alguém a uma biblioteca, seja para aceder de forma nova e criativa a um documento conhecido, seja pelo quase "fetiche" de ver ou tocar exemplares originais, objectos dotados de um singular valor cultural.

Numa sociedade global da informação, o documento único será a única mais-valia de uma biblioteca erudita, o que converte os espólios, de valor mutável (por razões de valia objectiva, mas também por derivas da moda), de natureza mista e de sempre possível enriquecimento em apostas essencialmente estratégicas.

Num arquivo ou numa biblioteca?

Os chamados "espólios literários" colocam diversas e interessantes questões técnicas, desde logo a de saber qual o tipo de instituição que os deve acolher e tratar: um arquivo ou uma biblioteca?

Em relação aos conjuntos documentais produzidos ao longo da vida de uma instituição, não há grandes dúvidas: eles pertencem aos arquivos. Será o caso do fundo da Imprensa da Universidade, distribuído depois de 1938 entre o AUC e a BGUC e que está a ser totalmente transferido para o Arquivo, como devia ter acontecido desde o início. Já as massas de documentação produzidas por pessoas individuais, ao longo de uma carreira académica, literária e/ou política, têm uma natureza diferente, mista, que obriga a tratar certas pecas como manuscritos individuais (com seu título, autor e data), de acordo com as regras biblioteconómicas, e a agrupar outras peças em longas séries (a correspondência, por exemplo), como acontece normalmente na arquivística. Mas, têm sido quase sempre as bibliotecas, sem com isso suscitar grandes dúvidas teóricas nem contestações práticas, que têm incorporado nos seus fundos estes espólios literários. A Universidade, por exemplo, guarda na Secção de Manuscritos da Biblioteca Geral os espólios do coronel Belisário Pimenta, do padre José Vicente Gomes de Moura, do general Francisco Augusto Martins de Carvalho, da romanista Carolina Michaëlis de Vasconcelos e de seu marido Joaquim de Vasconcelos, do ministro Mário de Figueiredo (com inventário a ser concluído), bem como os espólios, entre outros, dos Professores Luís de Albuquerque, Manuel de Paiva Boléo, José Gonçalo Herculano de Carvalho, Eugénio de Castro (deste apenas o epistolário) e Mário Brandão.

Manter vivos ou mortos?

Integrados numa biblioteca, os espólios históricos ou literários ganham uma nova possibilidade: a de poderem ser aumentados e diversificados com novas peças. E de conjuntos finitos, integrados por morte dos seus autores numa unidade documental ou fixados para sempre a uma classificação, os espólios podem numa biblioteca tornar-se em "colecções". Assim é que o "Espólio Almeida Garrett", na Biblioteca Geral, devia em boa verdade ser considerado uma colecção temática, uma "garretiana". Porque não

ficou imobilizado na forma da sua incorporação original de 1948, antes foi depois muito enriquecido: com novos autógrafos, integrados em 1995 e 1996, com a aquisição em leilão do manuscrito chamado Delfim Guimarães, com recortes de notícias do Centenário e cartas de alguns familiares do poeta, etc.

Mecenas precisam-se!

O que mais importa é que estes conjuntos se não dispersem, como aconteceu no passado com os papéis de um Wenceslau de Morais ou de um Camilo Castelo Branco, divididos por três locais diferentes, ou mais. Há cerca de um ano, começaram a emergir um novo conjunto de autógrafos de Almeida Garrett, correspondente às suas recolhas para os inéditos volumes III e V do "Romanceiro". Referimo-nos à publicação de "A moira encantada" pela Colibri (Dezembro de 2004) e de outro inédito no volume de 2005/2006 da "Annualia" da Verbo.

Mais recentemente, em Novembro de 2005, foi proposta à Biblioteca Geral a aquisição dos três manuscritos que correspondem às partes publicadas (1843 e 1851). Por exigência de prazo e por exagero de preço, a proposta não foi aceite mas, de qualquer forma, ainda não era esta a ocasião imperdível. Realmente imperdível parece-nos ser a aquisição de todo aquele conjunto, que não pode dispersar-se e que devia poder juntar-se aos outros manuscritos garretianos que a Universidade já conserva. Para isso, haverá que procurar, e com a maior brevidade, reunir as boas-vontades e captar os necessários patrocínios. Mecenas precisam-se.

A. E. Maia do Amaral Bibliotecário da BGUC